



# OS RIOS TRANSFORMADOS EM MERCADORIAS: ESTUDO DE CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BAGUARI, REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE, MG

**Bárbara Parreiras de Aquino**

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI - BH) Departamento de Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde-DCBAS, Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - CEP: 30455 - 610 BH/MG babipaquino07@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Até o início do século XX, a região do Vale do Rio Doce conservava praticamente intacta sua floresta tropical pluvial. Porém, na década de 1940, com a expansão da rede rodoviária (particularmente, a abertura da BR - 116), a reforma da Estrada de Ferro Vitória a Minas e a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a paisagem da região foi modificada. Nesta época, a região tornou-se mais populosa do Estado de Minas. O vazio e as matas virgens que prevaleciam ao longo das margens do rio Doce, deram lugar às jazidas de minério de ferro, indústrias madeireiras, atividades relacionadas à agricultura e pecuária.

A bacia hidrográfica do rio Doce tem sua extensão distribuída entre os estados de Minas Gerais (86%) e Espírito Santo (14%), sendo, portanto, uma bacia de domínio federal. Com uma extensão de 853 km, o rio Doce tem como formadores os rios Piranga e Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço, onde as altitudes atingem cerca de 1.200 m. O rio Doce, corre lentamente pelo vale que apresenta uma altitude modesta, com relevo dominado por mares de morros, que no todo convergem para o centro da bacia, onde se localiza a cidade de Governador Valadares. Esta zona é dominada pelo clima seco, quente e pobre de precipitação, com deficiências hídricas elevadas no período da seca (Espindola, 2008).

Em termos de potencial hidrelétrico, a bacia tem uma expressiva capacidade de geração de energia elétrica, com 1.786,5 MW instalados em 73 PCHs e 1.133 MW em 8 UHEs, (ANEEL/BIG, agosto de 2005) e cerca de 3.600 MW planejados em diversos estágios de desenvolvimento dos estudos.

O rio Doce, principal curso d'água da bacia, teve seus aspectos físicos modificados, à medida que a população em seu entorno crescia e as atividades econômicas, se intensificavam. A construção da Usina Hidrelétrica de Baguari na região é um exemplo recente das intervenções antrópicas no meio natural. Em maio de 2007, foram iniciadas as obras do empreendimento-com sua barragem no rio Doce, próximo à

cidade de Governador Valadares- sendo que o início da sua operação comercial está previsto para o ano de 2009. Os impactos causados no curso d'água a partir da implantação desta atividade econômica serão enormes e, conseqüentemente, a população ribeirinha enfrentará graves problemas. O presente trabalho é de grande importância, pois traz à tona discussões acerca dos impactos socioambientais decorrentes da construção de uma usina hidrelétrica. Empreendimentos desse porte, cujo objetivo primordial é a geração de energia, atingem de forma negativa a vida de muitas famílias, prejudicando suas relações sociais, ambientais, culturais e econômicas. Além disso, tais grupos têm uma participação insignificante no processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas, quando não são aliadas do mesmo. O estudo contribui ainda no sentido de estimular a busca por melhores encaminhamentos de projetos hidrelétricos a serem implantados, valorizando as reais necessidades e o modo de vida dos diversos segmentos sociais envolvidos no caso.

## OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Analisar os impactos socioambientais causados a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Baguari, região do Médio Rio Doce, MG.

**Objetivos Específicos:**

- Realizar um levantamento histórico do uso e ocupação do solo da região desde o início do século XX.
- Avaliar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em questão e observar a participação das comunidades ribeirinhas no mesmo.
- Ponderar as mudanças de organização social sofridas pela população a partir da instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari.

## MATERIAL E MÉTODOS

Durante o primeiro mês de pesquisas, foi feita uma análise dos processos de legitimação de terras conduzidos pelos es-

critérios da Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais localizados nas cidades pólos da região do Rio Doce: Caratinga, Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Aimorés. Tais documentos encontram-se no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) e fornecem dados como: localização e extensão do lote de terra, condições do solo, dos cursos d'água e das matas presentes no terreno, atividades agropecuárias, extração de madeira e recursos minerais. As informações coletadas possibilitaram uma maior compreensão sobre a ocupação e organização territorial da região do Médio Rio Doce, desde o início do século XX.

Após a apreciação dos processos, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca das características físicas, ambientais, sociais e do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Doce, além de um levantamento de dados sobre a implantação e caracterização da Usina Hidrelétrica de Baguari.

Logo em seguida, alguns documentos constantes no processo de licenciamento ambiental do empreendimento foram examinados a fim de se conhecer os estudos relativos ao meio natural e socioeconômico da área em questão. Esta etapa é relevante ainda para se analisar a magnitude da participação das comunidades ribeirinhas nas etapas de formulação de tais documentos. As informações em questão foram obtidas no Arquivo da SUPRAM localizado no bairro Gameleira, em Belo Horizonte e na FEAM.

Após a compilação dos dados obtidos, foi realizada uma visita à área de instalação da hidrelétrica, com o intuito de identificar os impactos socioambientais decorrentes da mesma. O método de pesquisa utilizado foi o da Observação Participante.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão, a Pesquisa Participante consiste em um trabalho coletivo que conta não apenas com o pesquisador, como também com os grupos populares, que participam do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios. É um processo que ocorre de dentro para fora da comunidade. Nessa metodologia, os integrantes da comunidade deixam de ser meros objetos da investigação e passam a ser protagonistas, com potencialidade de transformar o conhecimento e a sociedade que os transformaram em objetos. Pesquisadores e pesquisados se tornam sujeitos de um mesmo trabalho, ainda que vivam em situações distintas e executem tarefas diferentes. Como afirma Paulo Freire “Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando. Educação e investigação (...) se tornam momentos de um mesmo processo”. (BRANDÃO, 1999: p. 20)

A Pesquisa Participante tem início com o processo de inserção do pesquisador, através do qual ele procura atenuar a distância que o separa do grupo social com o qual pretende trabalhar. Para que a pesquisa possa contar com a participação dos membros do grupo enquanto protagonistas é necessário que haja esta aproximação e um sentimento de confiança entre o pesquisador e a comunidade. Entretanto, o pesquisador deve ter clareza de objetivos e ser transparente com o grupo a respeito do seu trabalho, para que fique claro que ele está ali para realizar, junto aos membros da comunidade, um estudo que lhes será útil; porém, num de-

terminado momento, deixará o grupo e regressará a sua realidade. “É preciso, justamente, alcançar uma síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum dos dois pólos desta relação.” (Brandão, 1999)

Duas etapas são fundamentais para a realização deste trabalho: uma que antecede e outra que sucede o momento da pesquisa. Em primeiro lugar, o pesquisador deve construir suas hipóteses de base, a partir de sua percepção da organização social da comunidade. Em seguida, vem a verificação da consistência das hipóteses iniciais, através de entrevistas com os membros do grupo. Neste caso, foi selecionado o método de entrevista livre ou informal, que consiste em um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão do entrevistado. A entrevista informal deve ter um fio condutor relacionado ao núcleo temático a ser pesquisado. Vale ressaltar que, ao aplicar esta técnica, as hesitações, pausas e silêncios se tornam tão relevantes quanto o que realmente é dito.

## RESULTADOS

O trabalho de campo realizado nas proximidades da hidrelétrica de Baguari foi bastante relevante em diversos aspectos. Primeiramente, a observação participativa e as entrevistas informais permitiram um aprofundamento maior em relação ao modo de vida de diversas famílias que serão atingidas pelo empreendimento. A partir daí, foi possível compreender a visão que estas pessoas têm do modelo energético brasileiro, que gera conflitos e exclusões antes mesmo de gerar energia. Suas concepções sociais, políticas, econômicas e ambientais, bem como o modo de organização e resistência frente à barragem também puderam ser observadas. Esta rica experiência foi fundamental para a elaboração do presente trabalho.

O acesso à área na qual será implantada a barragem não seria possível sem um contato inicial com uma militante integrante da coordenação do MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens - que atuou no caso de Baguari desde a época em que o projeto ainda estava no papel, sempre prestando assessoria às famílias atingidas. O Acampamento Cachoeira da Fumaça e o Reassentamento Liberdade foram por ela indicados como sendo pontos-chaves da liderança local e áreas estratégicas de pressão política. A visita ao distrito de Pedra Corrida, município de Periquito, também foi recomendada, devido ao fato de ser o local em que os atingidos estão tendo maior oportunidade de participar do processo indenizatório decorrente do deslocamento compulsório.

Durante o trabalho de campo, além de uma vivência com os moradores do Acampamento Cachoeira da Fumaça, foi possível uma visita próxima ao canteiro de obras da hidrelétrica, uma ida ao Assentamento Liberdade-distante cerca de 5 km do acampamento-e ao distrito de Pedra Corrida.

A ida ao canteiro de obras foi acompanhada por dois moradores do Acampamento que me levaram até o local em que, juntamente com dezenas de famílias, permaneceram acampados durante os meses de março e abril do ano de 2007, como forma de protesto contra a implantação da barragem, cujas obras ainda não tinham começado na época.

Os dois lembraram o período em que residiram no local, às margens do rio Doce, com disponibilidade de terra fértil e acesso gratuito à água.

Um dos moradores me acompanhou ainda até o Assentamento Liberdade, onde vivem cerca de 40 famílias desde o ano de 1998. Dentre estas famílias, 17 terão as suas áreas inundadas com o enchimento do reservatório da usina. No lugar de terras férteis e planas, as famílias ribeirinhas receberão como indenização lotes em uma área mais acidentada, cujo acesso ao rio não é tão fácil como em seus locais de origem.

Funcionários do Consórcio UHE Baguari tentam ainda negociar isoladamente com cerca de 10 famílias do Assentamento, a fim de conseguir fornecer a elas um ressarcimento em dinheiro e não em terras. Esse tipo de indenização é ideal para a empresa, pois não demanda estudos e trabalhos em longo prazo junto à comunidade e, geralmente, não corresponde ao real valor das terras e benfeitorias possuídas pelas famílias. Por outro lado, aquele que recebe o dinheiro, geralmente uma quantia muito acima do que estão acostumados a ter em mãos, acaba por utilizá-lo de outras maneiras que não seja investindo em uma nova moradia. Estas pessoas, sem uma casa para morar e sem oportunidade de emprego, não vêem outra opção a não ser o êxodo rural e acabam contribuindo com o aumento da marginalidade nos grandes centros urbanos.

No dia seguinte à visita ao Assentamento Liberdade, uma moradora do local me acompanhou até o distrito de Pedra Corrida, onde cerca de 50 famílias serão atingidas pela construção da hidrelétrica. O caso do distrito é particular, uma vez que os moradores estão participando mais ativamente do processo indenizatório. Todos receberão novas casas, inclusive com uma infraestrutura melhor do que as que residiam anteriormente. Além disso, os atingidos estão escolhendo os materiais utilizados para construir e revestir suas moradias. Grande parte da comunidade está muito satisfeita com o processo: há até aqueles que não terão suas terras inundadas e queriam estar na situação dos atingidos, para receber novas casas. Entretanto, as antigas moradias das famílias tinham acesso ao rio Doce e grandes áreas em hortas e pomares, o que não acontece nas casas construídas, que apresentam quintais cimentados e bem menores que os anteriores. Além da impossibilidade de manterem as suas culturas de subsistência, as famílias serão obrigadas a se adaptarem a um novo modo de vida no que diz respeito aos gastos com água e energia.

As casas construídas em Pedra Corrida, segundo alguns moradores, servirão como “cartão postal” para os processos indenizatórios dos próximos empreendimentos hidrelétricos a serem implantados na região. Novamente apoiados em um falso discurso de desenvolvimento para a localidade, o Consórcio UHE Baguari conseguiu a adesão da população para realizar um projeto de reassentamento que não lhe traz grandes gastos-quando comparado aos custos com as obras da usina-e ainda aparenta beneficiar os atingidos. Porém, se não forem implantadas hortas comunitárias ou espaços nos quais as famílias possam manter suas plantações, suas novas casas se tornarão insustentáveis aos seus padrões de vida.

## CONCLUSÃO

O caso da Hidrelétrica de Baguari faz parte de um contexto de conflitos e exclusões que vai além dos limites físicos e políticos por ele abrangidos. Segundo dados divulgados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, no Brasil, as grandes hidrelétricas já deslocaram de suas terras aproximadamente 1 milhão de pessoas e inundaram mais de 34 mil km<sup>2</sup> de terras férteis, florestas e regiões ribeirinhas.

As famílias que são compulsoriamente retiradas de suas casas perdem o acesso a um bem precioso e essencial a vida: a água. Além disso, sofrem a perda de suas relações sociais e da identidade cultural construída através de anos, danos estes que não são passíveis de uma indenização monetária. Inúmeras barragens operam em nosso país e outras várias são instaladas a todo o momento, sob o mesmo discurso desenvolvimentista e com as mesmas promessas de promover melhorias na qualidade de vida da população afetada. É importante que estejamos atentos para o modelo energético brasileiro, baseado essencialmente na força hidráulica, que gera conflitos antes mesmo de gerar energia.

Visando um lucro máximo e o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, nossos rios são transformados em mercadorias em detrimento da sociedade civil. Enquanto não há dinheiro para investimento no bem estar da população-saúde, emprego, educação, transporte, moradia, etc.-existem bilhões de reais do povo brasileiro a serviço das multinacionais. Seja através das altas contas de energia ou por meio do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-um banco público, que funciona com dinheiro arrecadado da população brasileira e é grande financiador de obras hidrelétricas; é a sociedade que arca com os maiores custos desses projetos.

Chegou o momento de questionarmos para que e para quem esse modelo traz energia e desenvolvimento e buscarmos um novo paradigma que atenda a sociedade como um todo. A diversificação das fontes energéticas e a adoção de uma postura voltada para uma melhoria em relação à distribuição e a utilização mais eficiente da energia são atitudes viáveis, mas devem estar aliadas a uma organização política, econômica e social que conte com a participação dos diversos setores da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Brandão, C. R. Pesquisar - Participar. In: Brandão, Carlos Rodrigues. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 9 - 16.
- Espindola, H. S. Wendling, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v.24 n.39, 2008.
- Vainer, C. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: Rothman, Franklin Daniel. *Vidas alagadas-conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. 344 p.
- Zhour, A; Oliviera, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: Zhour, Andréa; Laschefski, Klemens; Pereira, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 287 p.